

Maternidades ameaçadas: atuação acadêmica, formação de redes e a luta por direitos

Threatened Maternities: Academic Action, Network Formation and the Struggle for Rights

Maternidades amenazadas: acción académica, formación de redes y la lucha por derechos

Natália Helou Fazzioni

Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Carla Villalta

Programa de Antropología Política y Jurídica, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Janaína Dantas Germano Gomes

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

O presente artigos apresenta a constituição do dossiê *Maternidades ameaçadas: desigualdades, violências e direitos* e analisa as formas de regulação e exclusão que afetam a experiência materna, com foco no Brasil e na Argentina. O texto situa o dossiê no contexto das pesquisas da Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades Destituídas, Violadas e Violentadas, da Rede Anthera e da equipe de Burocracias, Parentesco, Direitos e Infância, vinculada ao Programa de Antropología Política y Jurídica da Universidade de Buenos Aires. Essas iniciativas articulam investigação acadêmica e colaboração com atores sociais para ampliar o debate sobre justiça reprodutiva e parentalidades contemporâneas. A análise destaca como discursos jurídicos, políticas públicas e práticas institucionais produzem desigualdades reprodutivas, impactando o direito de maternar e mostra que essas formas de violência e destituição não se limitam a práticas estatais e institucionais. Elas operam em uma complexa rede de moralidades sociais, discursos midiáticos, saberes técnicos e crenças religiosas, conformando uma microfísica da violência reprodutiva que atravessa o cotidiano das mulheres e suas famílias. Além disso, evidencia formas de resistência e mobilização de mães e coletivos feministas diante dessas dinâmicas. O dossiê reúne pesquisas que contribuem para esse debate, buscando aprofundar a compreensão das relações entre maternidade, violência e desigualdade.

Palavras-chave: Maternidades, Violências, Justiça Reprodutiva, Burocracias, Estado.

ABSTRACT

The article presents the dossier *Threatened Maternities: Inequalities, Violence, and Rights* and analyzes the forms of regulation and exclusion that affect the maternal experience, focusing on Brazil and Argentina. The text situates the dossier within the context of research from the Transnational Network for Research on Deprived, Violated, and Violent Maternities, the Anthera Network and the de Bureaucracies, Kinship, Rights, and Childhood, in the Program of Political and legal anthropology of the University of Buenos Aires. These initiatives combine academic research and collaboration with social actors to expand the debate on reproductive justice and contemporary parenthoods. The analysis highlights how legal discourses, public policies, and institutional practices produce reproductive inequalities, impacting the right to mother and shows that these forms of violence and destitution are not limited to state and institutional practices. They operate within a complex network of social moralities, media discourses, technical knowledge and religious beliefs, forming a microphysics of reproductive violence that runs through the daily lives of women and their families. Furthermore, it highlights forms of resistance and mobilization by mothers and feminist collectives in response to these dynamics. The dossier brings together research that contributes to this debate, aiming to deepen the understanding of the relationships between motherhood, violence, and inequality.

Keywords: Maternities, Violence, Reproductive Justice, Bureaucracies, State.

RESUMEN

El artículo presenta el dossier *Maternidades Amenazadas: Desigualdades, violencia y derechos* y analiza las formas de regulación y exclusión que afectan la experiencia materna, focalizando en Brasil y Argentina. El texto sitúa el dossier en el contexto de la investigación de la Red Transnacional de Investigación sobre Maternidades Destituidas, Violadas y Violentadas, la Red Anthera y el Equipo Burocracias, Parentesco, Derechos e Infancia, del Programa de Antropología Política y Jurídica de la Universidad de Buenos Aires. Estas iniciativas combinan la investigación académica y la colaboración con actores sociales para ampliar el debate sobre la justicia reproductiva y las maternidades contemporáneas. El análisis destaca cómo los discursos jurídicos, las políticas públicas y las prácticas institucionales producen desigualdades reproductivas, impactando en el derecho a maternar y muestra que estas formas de violencia y destitución no se limitan a las prácticas estatales e institucionales. Antes bien, ellas operan dentro de una compleja red de moralidades sociales, discursos mediáticos, conocimientos técnicos y creencias

religiosas configurando una microfísica de la violencia reproductiva que atraviesa la vida cotidiana de las mujeres y familias. Además, resalta las formas de resistencia y movilización de madres y colectivos feministas frente a estas dinámicas. El dossier reúne investigaciones que contribuyen a este debate, buscando profundizar la comprensión de las relaciones entre maternidad, violencia y desigualdad.

Palabras clave: Maternidades, Violencias, Justicia Reproductiva, Burocracias, Estado.

INTRODUÇÃO

O dossiê *Maternidades ameaçadas: desigualdades, violências e direitos* reúne um conjunto de reflexões e pesquisas que lançam luz sobre as múltiplas formas de violência, controle e exclusão que atravessam as experiências de maternidade em diferentes contextos sociais e institucionais no Brasil e Argentina. Em diálogo com uma tradição crítica consolidada por autoras feministas, latino-americanas, decoloniais e negras, os textos aqui apresentados partem da premissa de que toda reprodução é política (Ginsburg; Rapp, 1995) e que as experiências maternas são constantemente reguladas, hierarquizadas e atravessadas por relações de poder que se materializam na intersecção entre gênero, raça, classe, território, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença.

Este dossiê é fruto das ações desenvolvidas no âmbito de duas redes parceiras financiadas pelo Edital Pró-Humanidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil, a Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades Destituídas, Violadas e Violentadas (REMA)¹ e a Rede Anthera – Rede Internacional de Pesquisa Sobre Família e Parentesco², e dos vínculos estabelecidos ao longo dos anos com as pesquisadoras do Programa de Antropologia Política e Jurídica da Universidade de Buenos Aires (UBA), na Argentina, especificamente com a equipe de Burocracias, Parentesco, Direitos e Infância³.

Ambas as redes têm atuado com pesquisas relacionadas à governança e justiça reprodutiva, com foco em maternidades, no caso da primeira, e aos diversos arranjos das parentalidades

1 Disponível em: <https://rema.uff.br/>.

2 Disponível em: <https://www.redeanthera.com/>.

3 Disponível em: https://www.instagram.com/burocracias_infancias/.

contemporâneas (pluriparentalidades), no caso da segunda. A atuação das redes tem se dado em três frentes principais: disseminação científica, produção de pesquisas e ações colaborativas com movimentos sociais, gestores públicos e profissionais das áreas de saúde, assistência social e direito. Os trabalhos realizados por ambas não apenas documentam e analisam as múltiplas violências que atingem famílias em contextos de vulnerabilidade, mas também buscam construir estratégias ativas de mitigação dessas violências, em parceria com atores sociais diversos. Entendemos que a existência de duas redes de pesquisa que congregam interesses semelhantes, e que têm observado, a partir de suas pesquisas, violações semelhantes, nos parece um dado sintomático da expressividade das temáticas tratadas e, portanto, do presente dossiê, que também propõe um contraponto comparativo com pesquisas desenvolvidas na Argentina.

Ademais, a construção deste dossiê dialoga com as trajetórias de pesquisa de suas organizadoras, que integram as referidas redes. As experiências de cuidado e as relações de mulheres mães com o campo da saúde em práticas que questionam os lugares comum do tema (Fazzioni; Lerner, 2024a, 2024b, Fazzioni, 2021), as formas de apropriação de crianças pelo estado e as formas burocrático-jurídicas pelos quais exerce-se esta gestão (Villalta, 2010, 2012, 2018, 2021), e as retiradas compulsórias de crianças filhas de mulheres em desproteção social no Brasil (Gomes, 2017, 2022, 2024, 2025) são expressões do interesse e envolvimento das organizadoras pelas temáticas que atravessam o produto final ora apresentado.

A ideia de justiça reprodutiva é um eixo conceitual central para este dossiê. Tal perspectiva amplia o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, incorporando a defesa do direito a ter e criar filhos em condições dignas, para além da luta histórica pelo direito a não ter filhos (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021). Isso implica reconhecer que, no cenário latino-americano, regimes morais, discursos jurídicos e políticas públicas seguem operando seletivamente sobre diferentes corpos e vidas reprodutivas, criminalizando práticas maternas e familiares consideradas “desviantes” ou “inadequadas” e promovendo intervenções que resultam, muitas vezes, na separação entre mães e filhos. Entendemos que essa seletividade é estruturada pela noção de “hierarquias reprodutivas” (Mattar; Diniz, 2012, p. 108), que legitimam a maternidade de certos grupos e estigmatizam e destituem o poder materno de outros, tais como mulheres negras, indígenas, LGBTQIAP+, quilombolas, com deficiência, encarceradas, em situação de pobreza, com histórico de uso de drogas, mulheres em situação de rua, imigrantes e outras⁴.

Tais práticas de controle e regulação não são fenômenos isolados ou recentes. Elas têm

4 Sublinhamos que, nesta apresentação, quando utilizamos o termo “mulheres” estamos sempre nos referindo a mulheres cisgênero. Isso se deve ao fato de que, nos textos e pesquisas submetidos ao dossiê, não foram identificados estudos que incluíssem mulheres trans, tampouco encontramos menções a homens trans que maternassem. Reconhecemos, entretanto, a importância de ampliar os debates e investigações sobre a parentalidade para além das pessoas cisgênero.

raízes profundas nos processos coloniais, classistas e escravistas, como referenciado por autoras como Claudia Fonseca (1997, 2011), Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019), Lélia Gonzalez (1983), bell hooks (2019), Marília Ariza (2018), Urruzola (2016), que evidenciaram como certas maternidades foram historicamente consideradas “inadequadas” e foram marcadas pela separação forçada, pela criminalização e pelo apagamento de seus modos próprios de cuidado.

Ao longo das últimas décadas, esses mecanismos foram sendo reatualizados e ressignificados por meio de discursos contemporâneos de proteção infantil, os quais, em muitos casos, funcionam como retóricas moralizantes que incorporam práticas classistas, racistas e sexistas de controle social como demonstrado por inúmeros trabalhos contemporâneos (Cardarello, 2009; Efrem; Marques, 2021; Fernandes, 2021; Fonseca, 2012; Briggs; Marre, 2009; Posocco, 2011; Leinaweaver; Fonseca, 2007; Villalta; Gesteira, 2023) e por uma série de recentes etnografias sobre processos de destituição materna tanto no Brasil como na Argentina (Alves, 2020; Alves; Rui, 2022; Fonseca; Scalco, 2023; Larrea, 2024; Sarmento, 2020). Observamos, ainda, em ambos os países, práticas do terrorismo de Estado e do racismo institucional que historicamente vem violentando o direito à maternagem de certas mulheres (Eilbaum; Medeiros, 2018; Pita, 2001; Vianna; Farias, 2011).

Adicionalmente, assistimos, mais especificamente no campo da saúde, a uma ampliação das políticas voltadas à saúde materno-infantil – inegavelmente importantes – as quais, entretanto, acarretam em regulações e prescrições moralizantes que acompanham a gestação, o parto, a amamentação e o cuidado de crianças na primeira infância, como vêm demonstrando os inúmeros trabalhos sobre racismo e violência obstétrica, bem como outros sobre amamentação e a primeira infância. As inúmeras denúncias de violências que atravessam a assistência à saúde de gestantes e puérperas seguem alarmantes, sobretudo no que tange às mulheres em contexto de maior vulnerabilidade, evidenciadas pela emergência das noções de racismo e violência obstétrica, bem como por normativas relativas ao aleitamento materno e outros cuidados na primeira infância (Aleixo, 2021; Allebrandt, 2023; Davis, 2020; Faya Robles, 2015; Nucci; Fazzioni, 2021).

O dossiê também busca evidenciar que essas formas de violência e destituição não se limitam a práticas estatais e institucionais. Elas operam em uma complexa rede de moralidades sociais, discursos midiáticos, saberes técnicos e crenças religiosas, conformando uma microfísica da violência reprodutiva que atravessa o cotidiano das mulheres e suas famílias. Sob o pretexto de garantir a proteção de crianças e assegurar padrões de cuidado e afeto “adequados”, observamos muitas vezes profissionais de diferentes áreas – saúde, assistência social, sistema de justiça – exercerem práticas de vigilância, avaliação moral e intervenção punitiva que não apenas desrespeitam os direitos das mães, mas frequentemente silenciam suas

vozes e deslegitimam suas experiências.

Em contrapartida, as maternidades ameaçadas, violadas e violentadas também são lugares de resistência e mobilização. Diversos movimentos de mães, redes de apoio comunitárias e coletivos feministas e antirracistas vêm denunciando essas práticas, reivindicando justiça reprodutiva e exigindo políticas públicas que considerem a diversidade das experiências maternas e os contextos de desigualdade estrutural em que essas maternidades se produzem. Ao articular pesquisa e ativismo, buscamos justamente potencializar essas vozes, promover diálogos entre diferentes saberes e construir novas narrativas e práticas para a garantia dos direitos reprodutivos, direito ao cuidado e à maternagem.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os textos que compõem este dossiê, assim, exploram as múltiplas formas de violação de direitos e controle social que atravessam as experiências maternas em contextos de vulnerabilidade, revelando como a maternidade – longe de ser uma vivência exclusivamente íntima ou privada – é permanentemente atravessada por dispositivos institucionais, estatais, raciais, sexuais e de classe que delimitam quem pode ou não maternar e sob quais condições. A partir de distintas abordagens metodológicas e teóricas, mas sobretudo etnográfica, os artigos analisam as violências institucionais e sociais que incidem sobre maternidades racializadas, empobrecidas e dissidentes, exploram os discursos e crenças que procuram legitimar essas violências e destacam as formas de resistência e contestação construídas por mães, famílias e movimentos sociais. Em diferentes cenários, observa-se como o Estado, por meio de suas instituições judiciárias, assistenciais e de saúde, exerce um controle seletivo sobre a parentalidade, construindo determinados corpos e sujeitos como naturalmente incapazes ou indignos do exercício da maternidade, evidenciando mais uma faceta do que Lowenkron e Vianna (2017, p. 33) denominaram “o duplo fazer do gênero e do Estado”.

Observamos que as dinâmicas de destituição ou violação da maternidade não operam de forma neutra, mas se enraízam em hierarquias de gênero, raciais e econômicas historicamente consolidadas. Mulheres negras, quilombolas, em situação de pobreza e em sofrimento psíquico tornam-se alvos preferenciais de intervenções institucionais que, sob a justificativa de proteção da infância, produzem contínuas rupturas de laços familiares e comunitários. Esse processo de regulação compulsória da reprodução e da maternidade compõe uma biopolítica que administra quais vidas são dignas de cuidado, quais crianças devem ser protegidas e quais mulheres podem ser reconhecidas como mães.

Além das análises sobre o papel do Estado e de suas instituições na produção dessas violências reprodutivas, os textos também investigam como discursos midiáticos, políticas públicas e normativas institucionais constroem imagens e saberes sobre maternidades racializadas, produzindo e reafirmando estereótipos sobre mães negras e pobres como incapazes, perigosas ou negligentes. Essas imagens não apenas orientam decisões jurídicas e técnicas, mas também conformam a percepção social sobre a maternidade nos territórios populares, forjando uma pedagogia da suspeição e do controle que afeta o cotidiano de mulheres que maternam em contextos marcados pela pobreza e pelo racismo estrutural.

Embora alguns textos denunciem as múltiplas dimensões dessas violências, eles também iluminam as práticas de resistência e as estratégias de luta construídas por mulheres que, mesmo em meio à dor da perda, à criminalização e ao controle de seus corpos, criam redes de apoio, mobilizam-se politicamente e constroem formas dissidentes de maternar. Essas mulheres reconstróem a maternidade como território de disputa e de afirmação de direitos, subvertendo a lógica estatal que as define como inadequadas e reivindicando o direito de maternar em seus próprios termos, de acordo com suas histórias, pertencimentos e escolhas.

Ao incorporar também experiências de maternidades intencionalmente construídas fora dos modelos normativos, o dossiê amplia seu olhar para além da destituição compulsória, abarcando a potência política de escolhas reprodutivas dissidentes, que desafiam o controle heteronormativo da reprodução e afirmam novas formas de parentesco e cuidado. Nesse sentido, as maternidades lésbicas, comunitárias e coletivas emergem como contrapontos potentes às violências que buscam controlar e restringir a experiência materna a corpos, sexualidades e arranjos familiares considerados legítimos.

Em conjunto, as reflexões aqui reunidas revelam que pensar a maternidade em contextos de desigualdade e violência é necessariamente pensar a intersecção entre raça, gênero, classe, sexualidade e território. Maternar, nesses contextos, é frequentemente uma prática atravessada por vigilância, risco e luta – mas também por invenção, solidariedade e resistência. Esse é o convite deste dossiê: tensionar os sentidos hegemônicos da maternagem e visibilizar as vozes, práticas e saberes das mulheres que, ao reivindicarem seu direito de maternar, colocam em disputa os próprios alicerces das políticas de cuidado, da justiça reprodutiva e da democracia. A seguir, apresentamos os oito artigos que compõem o dossiê, destacando suas contribuições específicas para esse debate.

No artigo *“Defeito de fabricação”: o que uma campanha publicitária nos anos 1980 nos diz sobre maternidade e racismo no Brasil?*, a autora Manuela Nascimento analisa uma campanha publicitária do Centro de Assistência e Pesquisa em Reprodução Humana (CPARH) de Salvador, Bahia, veiculada em 1986, que promovia um discurso de controle populacional com viés racista, classista e eugenista. Ao retomar as imagens veiculadas pela campanha e práticas

de controle populacional como a laqueadura, e em amplo diálogo com o debate racial, a autora suscita um importante e contemporânea reflexão sobre a indissociável relação entre o controle, a violência e a hierarquia reprodutiva, com o racismo na sociedade brasileira. A maternidade de mulheres negras, e sua subjugação, é colocada no centro da análise, evidenciando como políticas de controle populacional, disfarçadas de planejamento familiar, reforçam desigualdades e violam direitos, afetando principalmente grupos historicamente marginalizados.

Em *Estado d(e) Graça: o reordenamento de corpos “fora do lugar” pela desordem civilirracial*, Thiago Santana evidencia a interseção entre racismo institucional e políticas de destituição do poder familiar, trazendo um caso concreto de uma mulher quilombola que teve sua maternidade interrompida por mecanismos de controle racial e de classe. Racismo institucional, misoginia, elitismo e capacitismo atravessam o caso de Gracinha, uma mulher que perdeu suas duas filhas por ação do Estado. A análise é interseccional, considerando as complexas relações entre raça, gênero, classe e sexualidade, e como essas dimensões influenciam a discriminação contra Gracinha. O conceito de desordem civil-racial é explorado como a utilização das leis para justificar a criminalização de corpos que se desviam das normas sociais, como os corpos negros, demonstrando, uma vez mais, a força do elemento raça na subjugação das maternidades (im)possíveis no país.

Em *“Preciso estar bem para cuidar do meu filho”: (des)encontros entre raça, maternidade e loucura*, Ueslei Solaterrar e Laura Lowenkron analisam experiências de mulheres negras, diagnosticadas como loucas e atendidas em um CAPS III na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, focando nas interseções entre raça, maternidade e loucura. A pesquisa, realizada entre 2020 e 2022, utiliza materiais como prontuários, relatórios e diários de campo, além da própria experiência como profissional de saúde de um dos autores, para examinar como a equipe de saúde mental lida com as situações vividas pelas usuárias do serviço quando experienciam uma gestação. O texto descreve com profundidade a experiência de duas mulheres em situações de vulnerabilidade, como Maria e Conceição, que enfrentam as dificuldades impostas por um sistema complexo e estigmatizante, em suas tentativas de exercerem a maternidade. A questão central é como a sociedade e o Estado tratam o desejo de maternidade dessas mulheres, especialmente quando associadas à loucura; e como isso reflete uma política reprodutiva racializada, que mesmo diante de esforços de alguns profissionais, não alcança a possibilidade de exercício desse direito.

Em relação aos mecanismos de violência estatal que resultam em maternidade destituída, o artigo de Alessandra Teixeira e Ana Carolina Pate Cardoso Uchôa, *Mães destituídas da maternidade biopolítica, (in)justiça reprodutiva e novos saberes sobre a pobreza*, traz uma análise extremamente interessante pois documenta como o sistema de justiça classifica determinadas mulheres como negligentes, incapazes e vulneráveis e, com base nessas categorias, as destitui

como mães. Esses mecanismos que reforçam e reproduzem as desigualdades de gênero, raça, classe e território são aplicados às mulheres negras, chefes de famílias monoparentais, em situação de extrema pobreza material e sem acesso à justiça. Esse quadro, que é reiterado nas diversas investigações e pesquisas realizadas sobre o tema nos últimos anos, nos permite perceber que o cuidado exigido dessas mulheres se torna um ideal abstrato e que o interesse superior da criança se torna um critério moral para legitimar ações que destituem as mães de sua condição de mãe. Essas demandas por cuidados intensivos e exclusivos contrastam com a inexistência e a precariedade de uma rede pública de proteção social. Essa inexistência também é acompanhada por representações dominantes do que pode ser considerado cuidado adequado, o que leva à compreensão do cuidado prestado coletivamente ou por redes comunitárias de vizinhos como inadequado. Esses mecanismos, então, transmutam a “incapacidade material” dos pais e a escassa oferta estatal de acesso a direitos na categoria de “negligência materna”, que é central para a retirada dessas mulheres de sua condição de mães.

O artigo de Gabriela Balaguer, *O bebê fraturado: um caso de sequestro de crianças do Estado e o lugar do trabalho da equipe técnica interprofissional do judiciário*, também se concentra na gestão judicial da infância e da maternidade, mas o faz a partir de um ponto de vista particular: sua experiência como psicóloga na equipe técnica de um tribunal. Com base na reconstrução e análise de um caso, ela reflete sobre como o conhecimento médico, juntamente com a prática judicial, limita sua investigação a uma única hipótese investigativa que não permite que outras sejam exploradas e que leva à culpabilização dos pais de um bebê por abuso. Assim, as explicações da mãe do bebê são suspeitas e desqualificadas. Suas explicações são desacreditadas e todos os comportamentos que revelam cuidado, preocupação e proteção para com a filha não são levados em conta, são invisibilizados para compor uma única narrativa que permite fundamentar, sem qualquer dúvida, a legitimidade de uma separação completa entre a criança e sua família nuclear e extensa, já que todos são suspeitos de abuso ou cumplicidade nele. Assim, no processo judicial, usando uma linguagem expressiva, emocional e avaliativa, esses pais são retratados de forma tendenciosa como pais maltratantes. Como analisa Balaguer, isso produz uma verdade médico-legal sobre a periculosidade da família e o risco à vida da criança que busca justificar sua remoção compulsória sob o pretexto de preocupação com a proteção da criança. Se, neste caso, o relato psicológico formulou dúvidas entre as certezas e convicções construídas pelo processo judicial e o bebê poderia voltar a conviver com seus avós maternos, o certo é que, em inúmeras ocasiões, a verdade construída no processo judicial apaga essa possibilidade. Assim, diante de um risco ou perigo em potencial, longe de ouvir as famílias das crianças sem colocar estereótipos ou preconceitos de gênero e classe em primeiro lugar, essas instituições optam por uma solução burocrática que deixa pouco espaço para que as famílias façam ouvir sua versão dos fatos. Elas estão testemunhando uma espécie de “sequestro” da

criança pelo Estado e, como são submetidas a julgamentos orquestrados com base no princípio da culpa, é muito difícil para elas provarem sua inocência.

No artigo *Maternidades interrompidas: mujeres que denuncian el robo de sus hijos en Argentina*, Soledad Gesteira, Soledad Rojas e Carla Villalta analisam o fenômeno recente de mulheres que contam com entre 50 e 80 anos e que têm denunciado o roubo de seus filhos ao nascer, em hospitais públicos, clínicas privadas e consultórios clandestinos. A partir da trajetória de vida de Luisa, explora-se as violências impostas a mulheres cujas maternidades foram consideradas “inadequadas” ou “fora de lugar” e a potente busca por justiça reprodutiva. Estas mulheres foram despojadas de suas decisões, desejos e expectativas, sendo forçadas a viver uma violência extrema e silenciosa que as acompanhou por toda a vida e que, somente recentemente, começaram a fazer públicas suas denúncias. O processo de compartilhamento destas violações, fortalecido a partir do movimento “Madres buscadoras” nos anos 2000, permitiu a descoberta de que não estavam sozinhas, iniciando um processo de cura e reapropriação de suas histórias paralelo ao experienciado, também na Argentina, em relação às práticas de apropriação de crianças durante o terrorismo de Estado na Argentina, que envolvem os mesmos mecanismos e atores.

No artigo *Dos fios tecidos pelas mães de favela em meio ao luto e à vida precária*, Brena Almeida e Márcia Pereira Leite relatam a longa luta que as mães de jovens mortos pela polícia travam para “limpar os nomes” de seus filhos, reunir provas da brutalidade policial e exigir justiça. Nesse processo, elas também precisam esclarecer as suspeitas que pesam sobre elas, pois muitas vezes são criminalizadas pelas autoridades governamentais e pela mídia, que se referem a elas como “mães das favelas” ou “mães de traficantes”. Nessa luta, a maternidade se torna um dispositivo estratégico, pois essas mulheres se esforçam muito para demonstrar sua maternidade atenciosa e os princípios morais que transmitiram aos filhos. Além disso, nessa luta, elas constroem formas de entender a violência extrema e absurda da qual elas e seus filhos são vítimas, entrelaçando essa experiência traumática atual com as lembranças dolorosas de suas mães e avós e com as inúmeras violações de direitos cometidas por agentes das forças da ordem. Nesse sentido, essas mulheres, a partir do sofrimento extremo que experimentam com a eliminação da vida de seus filhos, desenvolvem um conhecimento específico do que é viver nas margens do Estado. No processo de luta, constroem uma identidade política que está imbricada nas memórias individuais e coletivas: a mãe de uma vítima da violência do Estado. Entretanto, nesse processo, elas não apenas buscam e exigem justiça, mas também constroem laços de solidariedade coletiva que envolvem diferentes arranjos de cuidados que permitem a manutenção e a sobrevivência, bem como a continuidade da luta. São mulheres que denunciam e lutam contra a distribuição desigual do reconhecimento da vida e, para isso, mobilizam os valores da justiça e do cuidado.

Finalmente, em *Mulheres lésbicas, inseminação caseira e maternidade: a escolha como resistência*, Roberta Gomes Nunes e Anna Paula Uziel discutem a inseminação caseira (IC) entre mulheres lésbicas, destacando o conceito de “escolha” como uma prática de poder e resistência. O artigo decorre de uma pesquisa com nove mães lésbicas de classe média baixa, que optaram pela IC, e os resultados revelam que essa escolha foi influenciada por questões financeiras e pelo desejo de manter controle sobre o processo reprodutivo. Discute-se a ideia de autonomia das mulheres nesse processo, pensando a inseminação caseira como um método que permite que essas mulheres exerçam possibilidades de escolhas acerca do doador, tensionando formas tradicionais de reprodução e os saberes médico-legais envolvidos, que buscam regular, de outras formas, a capacidade reprodutiva dessas mulheres.

MATERNIDADES AMEAÇADAS: ATUAÇÃO ACADÊMICA, FORMAÇÃO DE REDES E A LUTA POR DIREITOS

A reunião dos textos que compõem este dossiê evidencia que as experiências de maternidade, longe de serem vivências essencialmente privadas ou universais, são atravessadas por dispositivos históricos e contemporâneos de controle, vigilância e regulação seletiva. As contribuições aqui apresentadas desvelam como essas dinâmicas operam em múltiplos níveis – estatal, institucional, comunitário e midiático – conformando um complexo regime de produção de maternidades legitimadas e maternidades desautorizadas, com impactos profundos sobre a vida de mulheres e famílias racializadas, empobrecidas e dissidentes em nosso contexto latino-americano.

Ao destacar as interseccionalidades entre raça, gênero, classe, sexualidade, território e geração, os textos reunidos demonstram que a destituição e a violação de direitos maternos não são eventos isolados ou episódicos, mas processos estruturais que atualizam lógicas coloniais, patriarcais e racistas de hierarquização de vidas e de parentalidades. Nesse sentido, a noção de justiça reprodutiva emerge como um horizonte ético e político fundamental para a compreensão e o enfrentamento dessas violências, convocando-nos a articular, de forma crítica e propositiva, os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, políticas públicas e dinâmicas de cuidado e proteção infantil.

Por meio desse conjunto de reflexões, esperamos contribuir para o aprofundamento do debate sobre maternidade, violência e direitos nesta região da América Latina, evidenciando como essas questões se entrelaçam com processos históricos de exclusão e controle. Ao mesmo tempo, buscamos fortalecer as articulações entre pesquisa, ativismo e formulação de

políticas públicas mais justas e inclusivas, reconhecendo e valorizando os saberes e práticas de resistência das mulheres que enfrentam e contestam as violências reprodutivas e parentais em suas múltiplas formas.

Assim, este dossiê se insere no esforço coletivo de tensionar os sentidos normativos da maternidade, questionar os mecanismos seletivos de regulação reprodutiva e afirmar a importância de construir redes de pesquisa e ativismo comprometidas com a promoção de uma justiça reprodutiva ampla, interseccional e democrática, que valorize as histórias, saberes e resistências das mulheres que maternam nas margens e nos interstícios do Estado e da sociedade.

REFERÊNCIAS

1. ALEIXO, Mariah. Noções de violência obstétrica entre ativistas: a conformação de uma gramática moral do parto (e da maternidade)? **SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 40-51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/synthesis.2021.64352>. Acesso em: 7 mar. 2025.
2. ALLEBRANDT, Débora. Planejando rotas de fuga: uma autoetnografia dos desafios da humanização do parto no ambiente hospitalar em Maceió – AL. **Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 420-445, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2022.73134>. Acesso em: 7 mar. 2025.
3. ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, Marília, v. 38, n. 79, p. 151-171, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/FjqKdS8HgVLbQbfqNNWr8C/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 7 mar. 2025.
4. BRIGGS, Laura; MARRE, Diana. Introduction: The circulation of children. In: MARRE, Diana; Briggs, Laura (ed.). **International adoption: global inequalities and the circulation of children**. New York: New York University Press, 2009. p. 1-27.
5. CARDARELLO, Andréa. The Movement of the Mothers of the Courthouse Square: “Legal Child Trafficking”, Adoption and Poverty in Brazil. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 140-161, 2009.
6. DAVIS, Angela. Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 205-223.
7. DAVIS, Daná-Ain. Racismo obstétrico: a política racial da gravidez, do parto e do nascimento. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i2.9194>. Acesso em: 7 mar. 2025.
8. EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Onde está Juan? Moralidades e sentidos de

- justiça na administração judicial de conflitos no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 9-33, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6479>. Acesso em: 7 mar. 2025.
9. EFREM, Roberto; MELLO, Breno Marques de. A renúncia da mãe: sobre gênero, violência e práticas de Estado. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 291-322, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300011>. Acesso em: 7 mar. 2025.
 10. FAYA ROBLES, Alfonsina. Regulações do corpo e da parentalidade durante o pré-natal em mulheres jovens de camadas populares. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 190-213, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.17985>. Acesso em: 7 mar. 2025.
 11. FAZZIONI, Natália. Nem bom, nem mau: reflexões sobre ‘arranjos de cuidado’ materno em dois contextos de pesquisa. **SYNTHESIS**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 18-27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/synthesis.2021.64350>. Acesso em: 7 mar. 2025.
 12. FAZZIONI, Natália; LERNER, Kátia. Agenciamentos de mulheres que amamentam: refletindo sobre amamentação, maternidade e internet no Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 28, e220698, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220698>. Acesso em: 7 mar. 2025.
 13. FAZZIONI, Natália; LERNER, Kátia. Mudando a conversa e ‘ficando com o problema’: advogando por perspectivas feministas e interseccionais sobre amamentação. **Interface**, Botucatu, v. 28, e240208, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.240208>. Acesso em: 7 mar. 2025.
 14. FERNANDES, Camila. As mães abandonantes: o amor nas fraturas da desigualdade. In: FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as mães nervosas e mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Telha, 2021. p. 233-287.
 15. FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 510-553.
 16. FONSECA, Claudia. Mães ‘abandonantes’: fragmentos de uma história silenciada. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-32, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100002>. Acesso em: 7 mar. 2025.
 17. FONSECA, Claudia. The de-kinning of birthmothers: reflections on maternity and being human. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 307-339, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412011000200014>. Acesso em: 7 mar. 2025.
 18. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 7-46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001>.

Acesso em: 14 mar. 2025.

19. GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna (ed.). **Conceiving the New World Order: the global politics of reproduction**. Berkeley: University of California Press, 1995.
20. GOMES, Janaína Dantas Germano (coord.). **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo**. São Paulo: Lampião, Conteúdo e Conhecimento, 2017.
21. GOMES, Janaína Dantas Germano. **O cuidado em julgamento: um olhar sobre os processos de Destituição do Poder Familiar no estado de São Paulo**. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.2.2022.tde-19012023-190700>. Acesso em: 7 mar. 2025.
22. GOMES, Janaína Dantas Germano. Desafios da pesquisa empírica com processos judiciais: observações a partir da experiência com autos de destituição do poder familiar. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, v. 84, p. 217-242, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12818/P.0304-2340.2024v84p217>. Acesso em: 7 mar. 2025.
23. GOMES, Janaína Dantas Germano. Famílias (im)possíveis segundo o poder judiciário: um olhar desde os processos de destituição do poder familiar. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 11, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.19092/reed.v11.924>. Acesso em: 7 mar. 2025.
24. GONZALEZ, Lélia . Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da *et al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244. (Ciências Sociais Hoje, v. 2).
25. HILL COLLINS, Patricia. As mulheres negras e a maternidade. In: HILL COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 291-328.
26. hooks, bell. Constituir um lar. Espaço de resistência. In: hooks, bell. **Anseios: Raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 102-118.
27. LOWENKRON, Laura; VIANNA, Adriana. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 51, e175101, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>. Acesso em: 14 mar. 2025.
28. LEINAWEAVER, Jessaca; FONSECA, Claudia. The state and children's fate: reproduction in traumatic times. **Childhood**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 291-299, 2007.
29. MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000001>. Acesso em: 7 mar. 2025.

30. NUCCI, Marina; FAZZIONI, Natalia. Amor ou risco? Refletindo sobre sentidos, regulações e orientações a respeito do leite materno a partir de casos de “amamentação cruzada”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 291-322, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300010>. Acesso em: 7 mar. 2025.
31. PITA, Maria. La construcción de la maternidad como lugar político en las demandas de justicia. Familiares de víctimas del terrorismo de estado y de la violencia institucional en Argentina. **Arenal: Revista de historia de las mujeres**, Granada, v. 8, n. 1, p. 127-154, 2001.
32. POSOCCO, Silvia. Expedientes: fissured legality and affective states in the transnational adoption archives in Guatemala. **Law, Culture and the Humanities**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 434-456, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1743872110381303>. Acesso em: 7 mar. 2025.
33. URRUZOLA, Patricia. Ex-proprietários nos dias seguintes à abolição: práticas e discursos de “escravização” de ingênuos (Rio de Janeiro, 1888). **História, Histórias**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 155–172, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/hh.v4i8.10950>. Acesso em: 14 mar. 2025.
34. VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e políticas em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 37, p. 79-116, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>. Acesso em: 14 mar. 2025.
35. VILLALTA, Carla. Antropología de las intervenciones estatales sobre la infancia, la adolescencia y la familia. Etnografiando prácticas cotidianas, construyendo perspectivas analíticas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, v. 53, p. 21-37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/cas.i53.10169>. Acesso em: 14 mar. 2025.
36. VILLALTA, Carla. De los derechos de los adoptantes al derecho a la identidad: los procedimientos de adopción y la apropiación criminal de niños en Argentina. **The Journal of Latin American & Caribbean Anthropology**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 338-362, 2010. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/190318>. Acesso em: 14 mar. 2025.
37. VILLALTA, Carla. **Entregas y secuestros**. El rol del Estado en la apropiación de niños. Buenos Aires: Editorial Del Puerto, 2012.
38. VILLALTA, Carla. Recréer les images de danger et de salut. Les sens donnés à l'enfance “appropriée” par le terrorisme d'état en Argentine. **Revue Problèmes d'Amérique latine**, n. 108, p. 37-55, 2018. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-problemes-d-amerique-latine-2018-1-page-37?lang=fr&tab=sujets-proches>. Acesso em: 14 mar. 2025.
39. VILLALTA, Carla; GESTEIRA, Soledad. Violencias, demandas de justicia e identidad: problematizando la apropiación de niños y niñas desde América Latina. **Revista del Museo de Antropología**, Córdoba, v. 16, n. 2, p. 303-316, 2023. Disponível em: <https://>

doi.org/10.31048/1852.4826.v16.n2.42372. Acesso em: 14 mar. 2025.

Natália Helou Fazzioni

Doutora em Antropologia Cultural pelo Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda na Universidade Estadual de Campina, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1497-9737>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: nataliafazzioni@gmail.com

Carla Villalta

Professora na Universidade de Buenos Aires. Doutora em Antropologia pela Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora Principal no Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4252-530X>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: carlavillalta@gmail.com

Janaína Dantas Germano Gomes

Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo. Pós-doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1585-2383>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: janadgg@gmail.com